

**“A BÍBLIA DO CENECISMO”: A COLETÂNEA CENECISTA E A
PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA CAMPANHA
NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE (CNEC)**

Arthur Rodrigues de Lima
Mestre em História (UFCG)
Email: limarthur5@gmail.com

Resumo: O presente artigo, partindo da possibilidade de analisar os escritos institucionais produzidos pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), teve como objetivo, refletir sobre a produção de uma memória educacional e institucional da Campanha, que buscou produzir, uma identidade homogênea sobre a história da instituição, a ser incorporada por todos os sujeitos que integravam a Rede. Por meio da leitura dos textos contidos na *Coletânea Cenecista*, foi problematizado a partir da metodologia da análise de discursos, como a publicação de tal impresso esteve relacionada à produção de uma memória institucional sobre a Rede a partir de uma história laudatória e apologética, que visou estabelecer modos de lembrar e contar a história da instituição e a vida de seus fundadores. Como também, atuando enquanto elemento definidor de uma pedagogia normativa, destinada a produzir exemplos e testemunhos a serem seguidos por alunos, professores e demais membros de suas comunidades escolares, enquanto sujeitos ideais da causa cenecista.

Palavras-chave: Coletânea Cenecista. História da CNEC. Ideal Cenecista.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980 o campo da História da Educação passou por consideráveis transformações, as reflexões desenvolvidas até então passaram da análise das reformas educacionais ou discussões sobre os pensadores da teoria educacional, para uma análise das práticas e dos discursos em torno do saber/fazer educativo. Sendo assim, esse artigo pretende problematizar como a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), planejou a partir da publicação do compêndio didático *Coletânea Cenecista* em 1994, produzir uma memória educacional sobre a instituição atrelada a uma versão cristalizada da história da entidade.

Segundo Fabiana Sena (2012), durante muito tempo, no que diz respeito aos compêndios didáticos produzidos por diversas instituições educacionais, serviram como um mecanismo de regulação da leitura e agente de controle dos discursos produzidos e

reproduzidos no âmbito das instituições escolares, reorganizando o que devia ser dito e como poderia ser dito.

Para a professora Elizabeth Ellsworth¹, a educação também atua por meio dos modos de endereçamento que visam forjar sujeitos ideais, cria assim como a linguagem cinematográfica posições de sujeito a serem ocupadas por seus alunos e professores, a corresponder fantasias de sucesso ou poder (ELLSWORTH, 2001), os textos são produzidos de modo a inspirarem respostas desejadas, tendo a Coletânea Cenecista assumido assim, o caráter de dispositivo normativo de endereçamento dos valores e ideais ligados a produção da memória institucional da CNEC.

A Coletânea Cenecista, enquanto um compêndio se caracterizou como um objeto de produção de discursos da CNEC, que por meio dela, constituiu uma teia discursiva (FOUCAULT, 2000) associada à figura de seu fundador e a história institucional da Campanha. Mergulhada em jogos de intencionalidades, os arranjos que compuseram a Coletânea pretendiam agir sobre os sujeitos imaginados que se localizavam em seus estabelecimentos de ensino.

Ainda de acordo com Sena (2012) tais estruturas editoriais estão, em sua maioria, ligadas a inúmeros esforços de legitimação de discursos e postulados. Portanto, ao pensarmos a Coletânea Cenecista, questionamos os jogos discursivos imbricados em sua montagem e produção, no sentido de problematizarmos aquilo que está nas entrelinhas de tais páginas, tendo a Coletânea buscado demonstrar quem os administradores da Rede e organizadores do impresso imaginavam que suas comunidades escolares e os diversos sujeitos que elas compunham eram ou deveriam ser, quem o currículo cenecista por meio da Coletânea achavam que eram ou que deveriam ser.

Diante disso, estando à confecção da Coletânea Cenecista ligada a um exercício de escrita e produção de uma memória educacional por parte da Diretoria da CNEC, através de tal publicação a Rede visou levar seus alunos, professores e demais membros da comunidade escolar a um processo de subjetivação e assujeitamento, a partir dos jogos de relação poder/saber que consolidariam uma pretendida Identidade Cenecista, um

¹ Artigo intitulado *Modos de Endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação* no livro *Nunca Fomos Humanos nos rastros do sujeito* organizado por Tomaz Tadeu da Silva no ano de 2001.

“ajuste perfeito” as imagens de “cenecistas ideais” forjadas pelos administradores da Campanha.

Dado que imersos em uma sociedade marcada pela serialização dessas poderosas fábricas de subjetividade, ao apresentar a história institucional através da Coletânea Cenecista, a CNEC ligada à afirmação de uma memória educacional sobre a Campanha produziu uma memória educacional sobre a Rede em um dado momento histórico, com vistas a moldar corpos e mentes aos valores pregados pela instituição (FOUCAULT, 1997).

Ao produzir e publicar a Coletânea Cenecista, os gestores da Campanha estiveram preocupados em erigir modelos a serem seguidos por sua comunidade escolar, estabelecer esquemas, valores a serem incorporados e, acima de tudo, a produzir através do exercício da escrita uma verdade absoluta sobre si, que objetiva-se questionar e problematizar: como por meio do impresso os organizadores da publicação pretenderam normatizar as condutas, na pretensão de que os alunos e demais membros das comunidades escolares cenecistas, tivessem suas condutas formadas e educadas pela leitura deste impresso?

A FORÇA DE UM IDEAL: A COLETÂNEA E O CHAMAMENTO AO IDEAL CENECISTA

A Coletânea Cenecista, perpassou o processo de produção daquilo que Foucault (1997) denominou de “técnicas de si”, isto é, os procedimentos, que, sem dúvidas, existem em todas as sociedades, pressupostos prescritos aos sujeitos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças às relações de domínio de si sobre si ou conhecimento de si por si. Refletir sobre como os conselhos de conduta presentes na Coletânea estiveram ligados à produção discursiva dos sujeitos sobre si mesmos e sobre a CNEC com o intuito de atuar como uma forma de governo sobre todos aqueles que compunham a Campanha pelo país.

Para Michel Foucault:

todo sistema educacional é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que eles trazem sobre si. [...] O que é afinal um sistema educacional de ensino senão uma ritualização da palavra e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam, senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso, senão uma distribuição

e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 2014, p.41-42).

Diante da afirmação de Foucault observa-se então que os organizadores da Coletânea almejavam diante de tal aspecto ritualizar as palavras a serem ditas sobre a CNEC e a vida de seus fundadores, fixando os papéis de alunos, professores e gestores escolares, como cada um deveriam ser desempenhados a partir dos postulados então defendidos. Pretenderam, por meio da publicação, materializar as concepções educacionais de seu sistema, tornar visíveis seus saberes e poderes pelo exercício da escrita, ao mesmo tempo, em que, através da constituição desses discursos, sugerirem subjetividades, modelos de identidade a serem incorporados por suas comunidades escolares, as quais a Coletânea foi destinada.

A partir da produção e publicação da Coletânea Cenequista os administradores da CNEC pretenderam materializar esse exercício de ritualização da palavra, almejavam fixar uma memória sobre a Campanha, papéis esperados para todos aqueles que por ventura integrassem a Campanha pelo país. É o que se verifica no convite posto a todos os cenequistas no prefácio ao Volume I da Coletânea:

Venham partilhar conosco desta aventura maravilhosa e emocionante, como a narrativa bíblica, para conhecer os apóstolos do cenequismo, a sua doutrina, os milhares de templos que construíram pelo Brasil afora, a fim de compreender o quanto é possível a um povo fazer quando acredita na proposta, na doutrina e nos pregadores. Nestas páginas os senhores encontrarão igualmente narrativas e salmos, como hinos de louvor e práticas do preceito bíblico: amai-vos uns aos outros (SOUSA, 1994, v.I, p.9).

O trecho acima foi escrito por Sebastião Garcia de Sousa que foi secretário geral da CNEC e ao lado de Felipe Tiago Gomes² responsável pela escolha das obras que compuseram a Coletânea Cenequista. Tal citação deixa claro como os organizadores pretenderam doutrinar, estabelecer paradigmas a serem aceitos e postos em práticas, pois

² Felipe Tiago Gomes nasceu no sítio Barra do Pedro, Zona Rural do Município de Picuí na Paraíba no dia primeiro de maio de 1921. Era o filho caçula de Elias Gomes Correia e Ana Maria da Conceição, proprietários de uma pequena propriedade rural, trabalhavam no roçado. Em 1943 criou a Campanha do Ginasiano Pobre (CGP), hoje CNEC, ao lado de um grupo de jovens estudantes da Faculdade de Direito do Recife, que tendo dificuldade durante toda a sua vida de acesso à educação resolveram criar um Ginásio para atender aos jovens pobres da periferia de Recife, todavia a Campanha se tornou uma Rede espalhando-se por todo o país.

tal qual a verdade bíblica, esses “heróis da história” da CNEC fizeram parte de seu hagiográfico³, cujo modelo fiel os membros de suas escolas deveriam ser.

Na visão dos idealizadores da Coletânea suas escolas não eram apenas escolas, mas templos de saber, marcas indeléveis da trajetória desse: “Povo Eleito que caminhava sobre a Terra no intuito de extirpar a ignorância e a falta de saber” (SOUSA, 1994, v. I, p.9). Na imagem discursiva produzida na Coletânea Cenecista a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade chegou aonde chegou porque teve “apóstolos fiéis” que não titubearam assumir de forma radical a doutrina liderada por Felipe Tiago Gomes.

Todo exercício escriturístico parte da relação de um lugar com uma instituição, logo ao estarmos diante da Coletânea Cenecista, refletimos sobre as técnicas da instituição na tentativa de gestar um sujeito universal, homogêneo a partir de dados jogos discursivos ligados diretamente a uma conformação das pessoas, condicionadas a modelos comportamentais. A uma verdade tida como posta desde sempre, sobre a História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Essa “verdade incontestável” no ponto de vista dos organizadores foi produzida a partir de diversas estratégias empregadas pela entidade, entre elas a publicação de seus escritos institucionais por meio da Coletânea Cenecista, que era enviada as diversas escolas da Rede. Caracterizou-se como um instrumento fruto da tentativa de uniformizar e controlar os discursos que circulavam na Rede.

Os coordenadores buscaram reafirmar a partir da publicação, a história, valores e doutrina. Objetivaram ainda criar e heroizar figuras tidas como relevantes na história da instituição e com isso esperavam que essa Identidade Cenecista, como que uma essência do movimento não se perdesse.

Ao produzir os volumes da Coletânea os organizadores do impresso se dedicaram a um esforço de singularização de sua memória educacional e como se sabe, segundo Eni Puccinelli Orlandi (2007, p.53):

todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio, [...] como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos.

³ Hagiográfico, relativo à hagiografia se tratam de biografias, da descrição da vida dos santos, beatos ou servos de Deus, pertencentes ao hagiológico de algumas Igrejas Cristãs, principalmente proclamados pela Igreja Católica Romana.

Portanto, ao invés de querer falar a Rede Cenecista com a publicação da Coletânea, os coordenadores do impresso pretenderam também dedicar-se a um exercício inverso, silenciar sentidos, promover um silêncio fundador que levasse a afirmação de discursos sobre si e não outros, seleção que visou restringir possibilidades de sentidos para as trajetórias desses personagens na Rede, ao mesmo tempo em que instaurou um lugar de fala, visou também silenciar lugares contrários ao ponto de vista de seus organizadores e produção de uma narrativa institucional sobre a história da Campanha.

Diante da produção de uma memória educacional da CNEC é fundamental “queimar o que já sabemos para fazer de novo o vazio” (LARROSA, 2004, p.315), percebermos que os conceitos podem servir ou não, é necessário questionarmos o que todo mundo sabe, o que todo mundo diz, o que todas as pessoas pensam, que para Larrosa (2004) se configura enquanto um automatismo do dizer, do saber e do pensar. Pois todo discurso parte de um princípio de controle, de disciplina, e assim fixa limites, forja identidades, produz subjetivação.

Esse exercício de questionamento integra a operação historiográfica (CERTEAU, 2010) que é realizada a partir de indagações, como também, através de fontes, são elas que permitem ou não ao historiador perscrutar, arguir, problematizar e analisar. As fontes são a matéria prima dos amantes de Clio em seus trabalhos de louvor a deusa. Uma das metáforas mais conhecidas, produzidas na historiografia, e lembrada por Pedro Paulo Funari em *Os Historiadores e a Cultura Material* (FUNARI, 2006), seja a ideia de Fonte, ainda em um sentido positivista, tal qual da fonte jorra água que mata a sede dos documentos jorrariam informações para o historiador.

Todavia, com o passar dos anos, chegou-se à conclusão que os documentos, sejam eles quais forem, podem sim jorrar informações, porém desde que sejam questionadas, indagadas de forma pertinente pelo historiador em seu exercício interpretativo. No tato com o documento é necessário acima de tudo, paciência e leitura, “o essencial nunca surge de imediato” (FARGE, 2009), não é sempre que encontramos um Menocchio, logo é fundamental ler, ler de novo, afundado cada vez mais em um mar de perguntas e indagações.

De acordo com CERTEAU, (2010, p.79): “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das neves eternas, o historiador faz outra coisa: faz delas a história”.

Deste modo, após o movimento denominado de Nova História identificamos no cerne da historiografia uma verdadeira ampliação do que o historiador entedia por fonte até então.

Por meio de uma relação interdisciplinar com as ciências sociais, os historiadores passaram a considerar para a produção do conhecimento histórico quaisquer vestígios do passado, quaisquer sinais que possibilitassem um questionamento e uma melhor compreensão dos modos de ser da humanidade ao longo dos tempos.

Através da conexão desses vestígios e de sua análise e problematização o historiador tece uma interpretação, ou constrói uma verdade, mutilada e lacunar sobre o passado, tendo em vista a impossibilidade de atingi-lo tal qual aconteceu, configurando-o enquanto a imagem do presente habitado por seu observador e a história uma verdadeira acumulação de interpretações relativas.

A história parte do trabalho com objetos perdidos, a história é um conhecimento tecido por vestígios que de acordo com PASSERON (apud PROST 2015, p. 66) “serve-se dos vestígios deixados do passado, de informações residuais concordantes, de contextos não diretamente observáveis”.

Comprendemos assim que os documentos não se tratam de testemunhas do passado, mas sim existem a partir das perguntas feitas a estes pelo historiador, são produtos do ofício histórico e não existem *in natura* as fontes assumem o papel de espelhos deformantes:

as fontes não são nem janelas escancaradas como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos, no máximo poderíamos compará-los a espelhos deformantes (GINZBURG, 2002, p.44).

Destarte, cabe ao historiador, ser capaz de “produzir o mel na ausência das flores habituais” (FÉVRE apud TEDESCO, 2014, p.124), ser capaz de construir a canoa da história no estaleiro do tempo, mesmo que não encontre as mais nobres madeiras. Ao observar a organização e conseqüente publicação da *Coletânea Cenecista*, percebe-se que os documentos institucionais (que em sua maioria apresentam um caráter puramente descritivo – interpretativo dos aspectos históricos da instituição, por terem sido elaborados por autoridades erigidas pela mesma para sua confecção), podem adquirir um poder de construção da história da instituição na dimensão de presentificação do passado apresentado de forma gloriosa e heroica sem destacar possíveis desvios ou contradições no movimento.

Esses documentos podem, ante um olhar menos atencioso, serem tomados por provas cabais e não enquanto representações possíveis de inúmeras leituras palpáveis referentes à instituição. Segundo Flávia Werle (2017, p.59) tais documentos se apresentam muitas vezes enquanto:

autoridade inquestionada e diferenciada, funcionando quase como a instituição em si, a verdade, a história que realmente foi, a expressão real da história daquela instituição escolar. Tendo sido escrito por uma autoridade na época – diretor, superior –, no sentido político e jurídico, ele adquire um estatuto de poder e autoridade que impõe aquela representação da história da instituição escolar. Neste particular, vale citar as crônicas, geralmente presentes em estabelecimentos particulares, elaboradas por membro da ordem religiosa instituído formalmente para fazê-lo e que, por isso e por tradição, constitui o eixo central da história institucional, tomadas como prova e não questionadas como uma das possíveis leituras da história daquela instituição. Da mesma forma assim se enquadram os resumos históricos feitos na instituição, em geral para relembrar seus grandes momentos, apresentados ao público em datas festivas como a face do passado a ser lembrada.

Uma Coletânea é um conjunto de trechos de obras ou de autores arrolados sobre diversos critérios. A Coletânea Cenecista, foi publicada pela Editora Cenecista no ano de 1994, quando a Rede ainda vivia as festividades de seus 50 anos de fundação. Nesse período ela atravessava um momento de transição em sua própria filosofia afastando-se dos postulados da filantropia e aproximando-se do modelo das escolas particulares.

Tendo defendido durante muito tempo em sua filosofia o ideal de Escola da Comunidade, uma instituição criada e mantida com o auxílio do Estado, destinada ao ensino de pessoas carentes, a CNEC já não contava com o amplo apoio das comunidades⁴ no sentido de promover ações que financiassem suas unidades escolares. Ao mesmo tempo em que, aliada a desmobilização das comunidades, houve o processo de redução dos recursos financeiros do Estado direcionados a Rede, o que gerou mudanças administrativas na mesma, tendo a entidade assumido de forma substantiva a partir dos anos 1990, o espírito das “escolas privadas”.

Nesse período a CNEC tanto se dedicou ao ensino secundário, que foi a razão de criação da instituição, como também dadas às limitações financeiras da nova conjectura vivida na segunda metade do século XX, passou a desenvolver atividades alternativas,

⁴ A partir do processo de democratização das escolas públicas, várias famílias, principalmente nas comunidades interioranas prefeririam transferir seus filhos para tais estabelecimentos dada a ausência da cobrança de taxas, algo comum nas escolas da Campanha, como também por tais estabelecimentos muitas vezes apresentarem melhores condições estruturais.

visando manter a saúde financeira da Campanha. A Rede se dedicou ao Ensino Técnico Profissionalizante a partir da realidade onde suas escolas estavam inseridas, criando fazendas escolas, dentro outros estabelecimentos que delineavam a adequação da estrutura da entidade aos novos tempos, como ocorreu na cidade de Picuí-PB com a criação do Colégio Comercial 5 de Agosto no início da década de 1970, que ofertou cursos de contabilidade para os estudantes da região de Picuí, como também cursos na área de mineralogia, logo a Rede dispunha de um eixo voltado para o ensino secundário como também técnico.

Gradativamente a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade perdeu espaço nas regiões interioranas para o ensino público gratuito, alternativa mais viável para os pais que muitas vezes tinham que pagar o estudo de seus filhos, mesmo que a preços menores em relação a outras escolas, das Unidades Cenevistas, caso não conseguissem bolsas. Além de comprarem material escolar, fardamento, entre outros insumos que oneravam a educação básica. A escola pública, em seu processo de ampliação a partir do processo de redemocratização emergiu enquanto uma escola mais atrativa e gradativamente as escolas interioranas da CNEC foram fechando suas portas, dada a nova conjectura.

As pactuações financeiras com o governo, em suas diversas esferas, diminuam, e cresciam no seio daqueles que geriam o grupo as concepções de que a Rede necessitava se adequar aos novos tempos, adquirindo o status de Rede de Ensino Privada, dado que até então as escolas Cenevistas se definiam como escolas da comunidade⁵.

A Coletânea Cenevista, enquanto um exercício de escrita institucional visou atribuir um sentido novo para a instituição construindo uma memória histórico educacional sobre si. Os quatro volumes da Coletânea foram organizados pelo então Secretário Geral da CNEC, Sebastião Garcia de Sousa, para ele o que motivou a

⁵ A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade pregava em sua filosofia o ideal de uma escola comunitária, uma escola pertencente à comunidade, formada por ela e mantida por ela. Logicamente que durante o seu processo de expansão pelas diversas regiões do país a Campanha recebeu incentivos principalmente do poder público, ante a escassez de escolas públicas, fato que mudará drasticamente com o processo de democratização do Ensino Público, aonde gradativamente a Rede Cenevista foi perdendo espaço na sua presença geográfica pelo país, como também na política de manutenção da Rede por parte do governo. Logo com um sistema de bolsas de estudo, ou de mensalidades de baixo custo a CNEC se caracterizava do ponto de vista de seus gestores como uma instituição semiprivada, fato problematizado mais a fundo nos capítulos que se seguem.

publicação de tais volumes sobre a história da Rede foi à falta de interesse por parte de seus membros em preservarem a história da Campanha.

Composta por diversos escritos que continham dadas verdades sobre a CNEC que se encontravam pulverizados e foram organizados em um compêndio e publicados, em um exercício de afirmação identitária da própria Rede (SOUSA, 1994). O sentido era que todos reproduzissem as verdades ali postas e com a publicação tais verdades fossem reafirmadas enquanto discursos, a Rede buscou por meio de tal impresso propagandear seus postulados e valores

Partindo de tais premissas, recorreu-se nessa pesquisa à metodologia da análise dos discursos, dado que o objeto de estudo não é o texto em si, a Coletânea em sua materialidade. O trabalho avaliou como os discursos se textualizaram, “feita à análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso” (ORLANDI, 2009, p.72) sobre a análise do texto, como esse foi produzido, quem produziu, com quais objetivos, a quem foi destinado, como foi organizado? Isso permite compreender como a partir da textualização os discursos são produzidos, dados, sentidos e silenciados.

No quadro da página seguinte, é possível observar a composição de cada volume que integra a Coletânea. Sabendo que essa pesquisa não visou se configurar em um trabalho fechado, acabado, mas enquanto provocações para inúmeras pesquisas possíveis sobre a História da Educação, a partir da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

QUADRO 01

Quadro Demonstrativo das Fontes⁶

FONTES
COLETÂNEA CENECISTA VOLUME I - Escolas da Comunidade (Felipe Tiago Gomes - 1989) - ABC do Cenegismo (Dulce Oliveira Vermelho - 1959) - CNEC: Memórias quase história (Joel Pontes - 1977)

⁶ Quadro produzido pelo pesquisador.

<p>COLETÂNEA CENECISTA VOLUME II - Discurso em 14 Tempos (Alcides Vieira Carneiro - 1994) - O Aluno Cenequista: Soldado da CNEC (João Calisto de Medeiros - 1980) - Caminhada Cenequista (Dimas Guedes Patriota e Raimundo Ferreira dos Santos - 1976) - Sonho de Estudante: Lição de Eternidade (Evaldo Gonçalves de Queiroz - 1981).</p>
<p>COLETÂNEA CENECISTA VOLUME III - CNEC um Estudo Histórico (Ivanildo Coelho de Holanda - 1981) - O predestinado (Sebastião Garcia - 1994)</p>
<p>COLETÂNEA CENECISTA VOLUME IV A Força de um Ideal (Felipe Tiago Gomes - 1986)</p>

A fim de esclarecimentos, estando os textos que compõem os quatro volumes da Coletânea, alocadas em diferentes temporalidades, optou-se por não adotar um marco temporal definido nesse trabalho. Buscou-se contextualizar os discursos a partir dos diferentes momentos históricos vividos pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, desde o processo de idealização e fundação da Campanha em 1943, as influências das discussões diversas em torno do pensamento educacional no período ligadas a vertentes mais progressistas ou tradicionais da educação e ao próprio momento histórico de publicação da Coletânea em 1994. Sendo a instituição escolar um organismo vivo, a Coletânea evidencia os momentos históricos, pelos quais passou a instituição.

Os quatro volumes da publicação apresentam uma estruturação subentendida de distribuição temática, em que no primeiro volume estaria aglutinados livros referentes a história da fundação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade; no segundo volume se encontram escritos referentes a estruturação da filosofia da campanha com orientações para alunos e professores sobre a história do movimento, esses dois últimos volumes ligados a apresentação da campanha em seu processo de adequação a política educacional do regime militar, mas também composto por escritos que constituem um ponto de vista institucional sobre a vida do fundador da entidade.

De acordo com a professora Ronalda Barreto da Silva no ano de 1995, foi realizado o 33º Congresso Nacional da CNEC:

no qual foram analisadas as realizações dos dois anos anteriores e efetivadas mudanças de rumos no sentido da maior eficiência gerencial e da elevação da qualidade dos serviços [...] esse ano se constitui em um marco na história da instituição, em razão das mudanças significativas verificadas no discurso

veiculado e nas ações adotadas. A campanha assume-se como uma empresa privada e prepara-se para competir no mercado (SILVA, 2001, p.12).

Esse foi o contexto de produção e publicação da Coletânea Cenecista, essa fase vivida pela entidade, a partir das mudanças no projeto educacional do governo, o qual a CNEC não mais se adequava foi um dos fatores que levou a ideia de organização dos escritos institucionais da Rede apresentados ao fundador da instituição. Não houve uma cerimônia de lançamento. Organizada e impressa em 1994, na gráfica da Editora Cenecista, a Coletânea foi apresentada, no 33º Congresso da Entidade em 1995, sendo distribuída a todas as Sessões Estaduais da Campanha, que por sua vez se encarregariam de enviar os exemplares para as unidades escolares de cada Estado da federação⁷, sendo também distribuída nas bibliotecas de algumas universidades.

Como toda instituição a CNEC também passou por um processo de elaboração e reelaboração identitária, que levou a entidade a tessitura de símbolos materiais e imateriais que afirmavam no ponto de vista de seus idealizadores uma “história de luta, e bravura”, os desafios enfrentados na difusão do ideal cenecista de uma escola voltada para as classes mais pobres, cuja principal força seria a capacidade de se adequar a realidade de cada comunidade onde se inseria (GOMES, 1994, v.I), para isso do ponto de vista do idealizador da Campanha Felipe Tiago Gomes: “sabia que tinha que empregar milhares de horas na doutrinação cenecista” (GOMES, 1994, v.I, p.112).

A CNEC compôs hinos e canções, pintou uma bandeira, dedicou-se a produção de uma história institucional da Campanha, refletida nas inúmeras obras de ex-professores, ex-alunos e ex-dirigentes da Rede, seja em nível Municipal, Estadual ou Nacional, que buscaram ao longo de sua trajetória contar e recontar a partir de suas experiências na CNEC, a história do movimento. Essas obras seriam agrupadas na publicação, conhecida como Coletânea Cenecista.

Os organizadores do impresso produziram discursos, forjaram identidades associadas ao movimento, no intuito de que, em suas pretensões, fossem subjetivadas por

⁷ A CNEC através de seu corpo dirigente, tinha a pretensão de que os textos da Coletânea fossem trabalhados nas escolas da Rede, por professores e alunos, todavia não se pode garantir que tal compendio de fato tenha sido trabalhado em todos os estabelecimentos de ensino da CNEC e que seu discurso tenha sido recepcionado e apropriado por suas comunidades, dado a distancia abissal entre o texto escrito e o posterior processo de leitura e apropriação do texto por parte do leitor, o que não se configurou em objeto de estudo dessa pesquisa. Mas que se apresenta como uma questão para futuras pesquisas.

aqueles que faziam parte da Rede. A imagem do movimento foi construída de forma oficial apresentando aqueles que faziam parte das Escolas Cenecistas como um “povo de Deus” que caminhou no deserto em busca de uma “Terra Prometida”, uma “terra onde todos teriam acesso à educação”, mesmo que, principalmente nas escolas abertas nas regiões interioranas as unidades cenecistas funcionassem muitas vezes em prédios alugados e em condições insalubres⁸.

Essas condições eram justificadas pelos órgãos administrativos da CNEC como um preço que essa população teria que pagar para obter acesso à educação em um período onde as escolas públicas eram escassas, e predominava o Ensino Secundário na Rede Privada de Ensino (LOMBARDI, 2005), entretanto, abrir vagas em uma escola, nem sempre implicou acesso a um ensino de qualidade, principalmente nos primeiros anos de atividade da entidade no país, quando a Campanha era marcada pelo espírito de improvisado⁹.

De acordo com Cury (2005) desde o período imperial o Estado era visto como educador, todavia em virtude dos problemas com o erário, tanto no Império como na república, tornou-se algo comum o Estado transferir suas responsabilidades quanto à universalização da educação para a iniciativa privada, alternativa menos onerosa.

O Estado, diz o decreto, é educador e é assim como convém ser. Mas, o erário público, impotente, não agüentaria universalizar esse indispensável estudo das primeiras letras. Daí o repasse parcial dessa responsabilidade para a iniciativa privada (CURY, 2005, p.04)

Essa relação ao longo dos anos garantiu as atividades da Campanha como também a abertura de novos estabelecimentos educacionais e diversificados campos de atuação da entidade.

Os cenecistas, como eram chamados todos aqueles que integravam os quadros administrativos ou que conviviam nas diversas unidades educacionais do movimento

⁸ Como as Escolas Cenecistas eram abertas em sua maioria a parte da realidade das diversas comunidades em que se localizavam, muitas vezes os prédios não possuía condições físicas e materiais de abrigarem estabelecimentos educacionais funcionado de forma improvisada e insalubre.

⁹ A Campanha criada em 1943 só desenvolveria um estatuto e regimento próprio por ocasião do seu primeiro Congresso Ordinário, realizado na cidade do Recife em 1948 quando também foi eleito o primeiro conselho administrativo e financeiro da instituição que adquiria assim o status de Rede Escolar de Ensino, primeiro criou-se a Campanha, após tal processo resolveu-se sistematizá-la por meio de um aparato jurídico que a normatizasse, como também aos seus estabelecimentos educacionais. Durante o processo de pesquisa não tivemos acesso a esse estatuto.

espalhadas pelo país, deveriam no ponto de vista de seus administradores serem testemunhas vivas de uma história tida como “marcada pelo heroísmo e pelo espírito de humanidade elevada”. (SOUSA, 1994, v.I.), o que nem sempre saía do plano discursivo, dado que não existe “nenhum ajuste entre o endereço e a resposta o que nos faz garantir a resposta a um determinado modo de endereçamento” (ELLSWORTH, 2001, p.42), há sempre o espaço para a ressignificação das auto-imagens produzidas.

No ano de 1959, foi publicado um dos primeiros escritos sobre a história da Campanha, o livro *ABC do Cenecismo* da professora Dulce de Oliveira Vermelho¹⁰, uma das fundadoras da Rede cenecista, então Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) no Rio de Janeiro, a partir de tal publicação, outros escritos vieram a ser publicados, o que corroborou na publicação de um compêndio com a presença de todos os textos que apresentassem do ponto de vista institucional a história da Campanha, a *Coletânea Cenecista*.

Os administradores da CNEC se preocuparam em produzir uma história institucional da Campanha, da trajetória da CNEC enquanto instituição, marcando assim, como pretendia ser lembrada em um exercício de produção de uma memória educacional caracterizada pela exaltação de figuras tidas como de destaque na história da entidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual a versão produzida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade através de sua história oficial de como se deu o processo de criação, implantação e consolidação da entidade no país, a partir de 1943? Esse foi um dos objetivos principais da publicação, construir uma memória, estabelecer monumentos a serem cultivados por todos aqueles que tivessem acesso aos escritos historiográficos da Rede. Para isso, foi fundamental que a CNEC ressaltasse seu passado de luta, principalmente dando destaque

¹⁰ Dulce de Oliveira Vermelho atuou diretamente na implantação da CNEC no Rio de Janeiro, tendo sido uma das primeiras secretarias da instituição, quando o movimento se instalava no então Distrito Federal.

ao processo de implantação até o reconhecimento¹¹ da instituição por parte do Governo Federal, no governo de Café Filho em 1954.

A Coletânea atuou assim de modo a apresentar como os alunos, professores e demais membros integrantes dos estabelecimentos educacionais da Rede eram enxergados, percebidos e desejados em um discurso institucional que buscou reafirmar os rastros históricos da instituição e seus personagens, a produção da Coletânea esteve ligada a produção de lugares de memória (NORA, 1993), que os administradores da Rede pensavam que seus estudantes eram ou deveriam ser no “chamamento ao ideal cenecista”.

Os administradores da CNEC ao longo de sua história produziram diversos escritos que buscavam produzir a história institucional da Rede, escritos que estavam ligados diretamente a um processo de escrita e produção de uma memória educacional da instituição. Por meio dessas obras e da força das palavras a CNEC buscou, “dar a ler” (LARROSA, 2004, p.17) a história da instituição a partir do ponto de vista de seus gestores de todos aqueles que buscassem conhecer ou estudar a história da Campanha, o fizessem a partir dos postulados pela própria instituição apresentados.

A *Coletânea Cenecista* se enquadrou nesses resumos históricos que visam construir a trajetória histórica das instituições de maneira linear e homogênea, lembrando o que lhe é conveniente e esquecendo o que não lhe é pertinente. Esteve por sua vez, ligada ao movimento de afirmação de uma memória educacional histórica da Rede, ligada a exaltação de seu legado e de sua trajetória, para todos aqueles que fizeram, que fazem¹² ou que farão parte da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLETÂNEA CENECISTA. CNEC Edições: Brasília-DF, Vol. I, 1994.

COLETÂNEA CENECISTA. CNEC Edições: Brasília-DF, Vol. II, 1994.

COLETÂNEA CENECISTA. CNEC Edições: Brasília-DF, Vol. III, 1994.

¹¹ A CNEC foi declarada uma entidade de Utilidade Pública no ano de 1954 pelo presidente da república João Café Filho, através do decreto nº 36505 de 30 de novembro do ano supracitado.

¹² Hoje a CNEC conta com 85 unidades educacionais, sendo os Estados do Rio de Janeiro com 35 unidades, Rio Grande do Sul com 26, Minas Gerais com 21 e Ceará com 12 os entes federados com maior presença da CNEC. Existindo um estabelecimento educacional da Rede na Paraíba, a Escola Cenecista Ministro João Agripino Filho em Santa Rita-PB.

COLETÂNEA CENECISTA. CNEC Edições: Brasília-DF, Vol. IV, 1994.

CURY, Cláudia Engler. MORAIS, Maday de Sousa. SILVA, Michele Lima da. **Instrução na Paraíba oitocentista: Perspectiva Acerca das Instituições Escolares e da Cultura Material Escolar.** Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.02.pdf
Acesso em: 17 de junho de 2018.

CERTEAU, Michel de. **A Operação Historiográfica.** A Escrita da História. Traduzido por: Maria de Lourdes Menezes. 2ªed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2010. (p.65-106)

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** Traduzido por Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola 2014.

FOUCAULT, Michel. **Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982).** Traduzido por Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica, prova. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Arthur Rodrigues de. **Tecendo os fios da Memória: da cultura escolar às representações históricas da Escola Cenequista São José (1974-1999),** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

LIMA. Arthur Rodrigues de. **“A força de um ideal”: a produção de uma memória Institucional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC.** Dissertação Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2019.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel.** Traduzido por Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, História e Historiografia da Educação.** Disponível em: periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/download/41/41/ Acesso em: 19 de junho de 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: Revista Projeto História. São Paulo: Educ nº 10, 1991 (p. 09).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2009.

PROST, Antoine. **Doze Lições sobre a história.** Traduzido por Guilherme João de Freitas Teixeira. 2º Ed, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SENA, Fabiana. BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Os Compêndios Didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no império.** V.16, nº 1, 2012. (p.36-47) Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2012.161.04/0> Acesso em: 19 de junho de 2018.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação Comunitária: Além do Estado e do Mercado a experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC (1985-1998).** Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_79350171d6fc6ba00f8bec983f28aedd Acesso em: 16 de junho de 2018.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória: Temporalidade, experiência e narração.** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. BRITTO, Lenir Marina Trindade. COLAU, Cinthia Merlo. **Espaço Escolar e História das Instituições escolares.** Diálogo Educ. Curitiba, 2007. (p.147-163). Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=1579&dd2=1078&dd3...pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **História das Instituições Escolares: Responsabilidade do Gestor Escolar.** Cadernos de História da Educação - nº.3, 2004. (p.109-112) Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/369> Acesso em: 19 de junho de 2018.